

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os CTT são uma empresa histórica e um marco para o desenvolvimento do país. A privatização, levada a cabo pelo governo PSD/CDS em 2013, veio colocar em causa a qualidade dos serviços de correios com que os portugueses contam desde há muito.

Este grupo parlamentar tem vindo alertar para os efeitos da privatização que ainda hoje se fazem sentir, com a má gestão privada a falhar todos os indicadores de qualidade dos serviços postais estabelecidas pelo regulador, privando as populações de um serviço postal verdadeiramente universal e de qualidade. Mas também a incompreensível decisão de distribuição de dividendos em plena crise que, apesar de revertida, pôs a claro a prioridade da administração: primeiro de tudo remunerar o acionista, mesmo enquanto rescinde contratos e coloca pressão sobre os trabalhadores para meterem férias ou outras medidas semelhantes.

Este grupo parlamentar foi agora alertado para mais uma decisão da administração que lesa os trabalhadores e que deve ser revertida: o subsídio de alimentação que antes era pago no vencimento dos trabalhadores quer-se, agora, pagar em cartão. Para além de violar o Acordo Empresa contratualizado, esta medida consiste numa tática fiscal que limita a satisfação de outras despesas e diminui a capacidade de poupança dos trabalhadores, obrigando que se gaste uma parte importante do vencimento onde a administração da empresa considera mais rentável.

Recordamos que na última audição regimental ao Ministro das Infraestruturas e Habitação este Grupo Parlamentar questionou diretamente sobre este anúncio. Não houve respostas clarificadoras por parte do Secretário de Estado das Comunicações, pelo que se tem vindo a agravar a preocupação com o crescente descontentamento, justificado, dos trabalhadores.

A escalada de decisões inaceitáveis por parte da administração privada dos CTT tem-se vindo a acumular de forma muito gravosa, tanto para utentes como para trabalhadores. Aliás, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem vindo a apresentar várias perguntas por escrito que não têm vindo a ser respondidas. As situações laborais que têm vindo a ser identificadas vão desde

a não renovação de contratos a termos (significando, efetivamente, mais desemprego), a pressão para os trabalhadores utilizarem dias de férias ou fracas condições de trabalho e de cumprimento de normas de segurança e higiene em tempo de pandemia.

Neste período de pandemia em que os trabalhadores dos CTT têm tido um papel chave, cabe ao Governo garantir a estabilidade laboral, desde logo pelo cumprimento do Acordo de Empresa e pela não imposição de medidas injustas de forma unilateral.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Que diligências tem o governo tomado junto da administração dos CTT por forma a que o Acordo de Empresa seja cumprido bem como as condições de trabalho, nomeadamente através de intervenção da ACT e da DGERT?
3. Está o Governo disponível para apelar, junto da administração dos CTT, à reversão da medida que veio impor o pagamento do subsídio de alimentação em cartão?

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)